



SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 18 |
| 2. Metodologia | 30 |
| 3. A Corte Interamericana de Direitos Humanos contextualizada | 36 |
| 3.1. A criação do Sistema Interamericano de Direitos Humanos | 37 |
| 3.2. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos e outros tratados inter-americanos | 39 |
| 3.3. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos | 45 |
| 3.4. A Corte Interamericana de Direitos Humanos | 51 |
| 3.5. Diversificação temática nas demandas analisadas pelo Sistema Interamericano | 55 |
| 4. O discurso punitivo da Corte Interamericana de Direitos Humanos | 62 |
| 4.1. O início da jurisprudência contenciosa e o dever de investigar e punir | 63 |
| 4.2. O dever de punição como causa de responsabilidade e medida de reparação | 71 |
| 4.2.1. Sentidos do direito de acesso à justiça | 73 |
| 4.2.2. O dever de investigar e punir como medida de satisfação do direito à verdade judicial | 95 |
| 4.3. A responsabilidade criminal individual em um sistema de responsabilização estatal por violações de direitos humanos | 103 |
| 5. Tensões na relação entre o Direito Penal e os direitos humanos no Sistema Interamericano | 113 |

| | |
|--|-----|
| 5.1. Limites à possibilidade de sancionar | 115 |
| 5.2. Paradoxos na visão da Corte Interamericana sobre o papel das sanções penais | 127 |
| 6. Considerações finais | 139 |
| Referências | 148 |
| APÊNDICE I: Relação final dos casos analisados | 169 |
| APÊNDICE II: Base de dados da análise quantitativa dos casos | 181 |